

anos  
tombamento  
do acervo

DOSSIÊ  
**GOIÂNIA**



anos  
fundação  
da cidade

**REVISTA NÓS**

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS  
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793





## REPRESENTAÇÃO GRÁFICA ARQUITETÔNICA DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS TOMBADOS EM GOIÂNIA

*ARCHITECTURAL GRAPHIC REPRESENTATION OF HISTORICAL LISTED HERITAGE BUILDINGS IN GOIÂNIA*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10733366>  
Envio: 12/11/2023 ♦ Aceite: 16/12/2023



**Mirian de Paula Rodrigues Belo**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), com doutorado em Expressão Gráfica Arquitetônica pela Universidade Politécnica de Valência – Espanha e com título reconhecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente na PUC-Goiás, no Curso de Arquitetura e Urbanismo.



**Denise Pacheco de Oliveira**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, com Mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás. Docente na PUC-Goiás, na Escola Politécnica e de Artes, nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design.



**RESUMO:** O artigo tem como objeto de estudo o Patrimônio cultural *Art Déco* tombado na cidade de Goiânia. Planejada e construída a partir de 1933, Goiânia foi marcada desde o início de sua construção, por uma arquitetura arrojada e planejamento urbano contemporâneo, influenciados principalmente pelo estilo *Art Déco*. O estudo e o inventário arquitetônico de quatro edificações constituintes desse patrimônio cultural tombado são o foco de nossas pesquisas: o antigo Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás, o Museu Goiano Zoroastro Artiaga, a Casa de Pedro Ludovico e o Colégio Liceu de Goiânia. Com nosso trabalho, buscamos sobretudo, contribuir para que a documentação e a representação arquitetônica em 2D e 3D desses bens culturais seja detalhada e registrada de forma atualizada e minuciosa, haja vista que esses edifícios como testemunhos significativos de momentos históricos vividos por uma sociedade organizada e com identidade própria, merecem nosso reconhecimento e valorização.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural de Goiânia, *Art Déco* em Goiânia, Inventário de Patrimônio cultural, Inventários de edifícios históricos em Goiânia, Goiânia.

**ABSTRACT:** The article's object of study is the Art Deco cultural heritage listed in the city of Goiânia. Planned and built since 1933, Goiânia was marked from the beginning of its construction by bold architecture and contemporary urban planning, influenced mainly by the Art Deco style. The study and architectural inventory of four buildings that make up this listed cultural heritage are the focus of our research: the old Forum and Court of Justice of Goiás, the Museu Goiano Zoroastro Artiaga, the house of Pedro Ludovico and the School Liceu de Goiânia. With our work, we seek, above all, to contribute so that the documentation and architectural representation in 2D and 3D of these cultural assets is detailed and recorded in an updated and thorough way, given that these buildings are significant testimonies of historical moments lived by an organized and with their own identity, they deserve our recognition and appreciation.

**Keywords:** Cultural heritage of Goiânia, Art Deco in Goiânia, Inventory of cultural heritage, Inventories of historic buildings in Goiânia, Goiânia.

## INTRODUÇÃO

Goiânia, foi planejada e construída a partir de 1933, em decorrência das grandes transformações políticas que marcaram a história do Brasil e da consolidação do avanço e desenvolvimento para o interior do país. A cidade expandiu-se rapidamente nas décadas posteriores. Sua arquitetura e planejamento urbano contemporâneo influenciados pelo estilo *Art Déco* e pelo Modernismo, marcaram a história da arquitetura e do urbanismo em Goiás.

Hoje, Goiânia possui uma história urbanística e arquitetônica relevante. Vários estudos e esforços têm sido feitos para que todo esse acervo seja conservado, preservado, utilizado e, principalmente, reconhecido e valorizado por sua população. Todo esse trabalho resultou no tombamento pelo IPHAN, em 2003, do conjunto urbano de Goiânia, que inclui 22 edifícios e monumentos públicos, concentrados em sua maioria no centro da cidade e no núcleo pioneiro de Campinas, considerado um dos mais significativos do Brasil.

O ambiente que se mantém preservado, por seu valor histórico e cultural, é base para o desenvolvimento de todas as culturas. Torna-se o lugar onde o homem pode buscar sua identidade, ou conhecer a história de um povo. A preservação histórica, além de manter a identidade viva na memória da população possuidora deste patrimônio forma também, a consciência sobre a importância cultural daquele espaço que, catalogado e tombado, fortifica-se e consolida os valores culturais locais e seus laços sociais.

Nesse sentido, o estudo e o conhecimento dos edifícios deve ser o mais amplo possível para que sua preservação e memória sejam asseguradas. Esses edifícios são testemunhos significativos de momentos históricos vividos por uma sociedade organizada, com identidade própria. Por isso, o levantamento arquitetônico e a catalogação dessas edificações têm o objetivo de produzir conhecimento sobre esse patrimônio cultural. Essas são ações imprescindíveis para garantir sua correta conservação e/ou possíveis intervenções que assegurarão, assim, sua salvaguarda.

Esse artigo tem por objetivo apresentar a pesquisa que vem sendo realizada por uma equipe de professores e alunos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, cujo viés temático procura incentivar e ensinar a prática de inventário e registro sistemático de bens tombados da cidade de Goiânia.

O inventário do bem tombado inicia-se com a coleta de informações gerais, históricas e cadastrais sobre o edifício, bem como com a realização de levantamentos métricos e fotográficos, a confrontação da documentação existente, tanto escrita quanto gráfica e a representação digital do edifício escolhido.

## PATRIMÔNIO CULTURAL

O espaço urbano e suas edificações são expressões claras de um povo em determinado momento histórico. São exemplos da forma de viver, de sua

manifestação artística e, também, das técnicas disponíveis. As comunidades produzem marcas nas localidades em que vivem, sejam individuais ou coletivas, deixando ali suas experiências, tradições e costumes. Com relação ao monumento histórico, a Carta de Veneza, aprovada em maio de 1964, em seu Artigo 1º, define,

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964).

A configuração de uma cidade como patrimônio histórico e artístico, define-se pela existência de bens imóveis, de valor intrínseco, capaz de permitir sua leitura e, conseqüentemente, seu entendimento enquanto parte do espaço urbano. O espaço urbano aberto, que envolve as edificações, sintetiza concomitantemente a cultura de um povo, descrevendo seu desenvolvimento histórico a partir de sua paisagem urbana.

O ambiente que se mantém preservado por seu valor histórico e cultural é essencial para o desenvolvimento de importantes culturas, constituindo sempre, um lugar onde o homem pode buscar sua identidade, ou conhecer sua história.

A preservação histórica, além de manter a identidade viva na memória da população possuidora do patrimônio, forma também, a consciência sobre a importância cultural do espaço tombado, fortalecendo assim, seus valores culturais locais e laços sociais.

O monumento é indispensável ao meio onde se encontra situado e à história da qual é testemunho. Na atualidade, a sociedade civil e órgãos públicos têm buscado promover ações para identificar, valorizar e preservar bens de valores sociais, por isso, a restauração, a revitalização e/ou a readaptação do edifício histórico a uma nova função tem se mostrado como a melhor forma de adequá-lo ao desenvolvimento urbano. Essa é, também, uma maneira de evitar sua degradação, de torná-lo objeto de contemplação além de reintegrá-lo ao contexto urbano, transformando-o em espaço útil à população.

O Decreto-lei nº 25, de 1937, estabelece em seu Art.1º como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. O Artigo 216 da Constituição de 1988, conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2016).

A melhor forma de proteger um bem cultural se faz por meio de seu tombamento, ou seja, de inscrever, de registrar, de inventariar e de cadastrar o

bem, garantindo, assim, legalmente, sua preservação. O conhecimento do bem, deve ser, portanto, o mais amplo possível para que sua preservação possa ser assegurada.

O tombamento é o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pois, monitora a evolução de bens culturais tombados. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo. O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.

Outro importante instrumento de proteção é a educação patrimonial, um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo que busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. Esse conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio cultural são fatores indispensáveis ao processo de preservação sustentável desses bens, assim como ao fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A restauração é mais um dos instrumentos de proteção aos bens tombados e inventariados. Restaurar significa recuperar, reparar; consertar. Restaurar uma edificação, segundo Leal, (1977, p.131) “consiste em fazê-la voltar à sua feição primitiva.”

A Carta de Veneza (1964), em seu Art. 9º prevê que

a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (Carta de Veneza, 1964).

A restauração, portanto, deve ser precedida de um bom registro gráfico e documental, para que as ações sejam planejadas e executadas com êxito. Deve-se, também, ter registro gráfico minucioso, de modo a possibilitar que as informações qualitativas e quantitativas do projeto sejam claras. Outro elemento importante são os conhecimentos acerca dos aspectos técnico-artísticos do passado.

Além do tombamento, o inventário é a primeira forma utilizada para reconhecer a importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas

características principais. Na escala municipal o inventário é o levantamento dos bens de interesse de conservação, mesmo que não tombados, que possibilita aos municípios gerenciar a emissão de alvarás de construção, demolição e alteração de edificações de interesse ao patrimônio cultural ou ambiental de modo que seja possível garantir sua preservação.

O inventário é uma etapa de trabalho que implica na execução de pesquisa de campo e documental. Estas têm por objetivo uma aproximação, levantamento, coleta de dados e descrição do objeto pesquisado. É um instrumento de conhecimento e preservação. Seu objetivo é conhecer e identificar quais os bens culturais de valor coletivo para um grupo social através de um levantamento descritivo desses bens. Os dados obtidos possibilitarão a catalogação e documentação de suas principais características, tanto físicas quanto culturais, para que posteriormente possa ser salvaguardado ou registrado (SECULT-AL. [20--?]).

Do ponto de vista metodológico, torna-se cada vez mais necessário abordar o objeto arquitetônico de forma interdisciplinar. Pois “a execução do cadastro de um edifício ou de qualquer outro bem cultural transcende a simples atividade de sua documentação” (Oliveira, 2008, p.7). Este trabalho se confunde ainda, com a preservação da memória por conservar não só a imagem e a história do patrimônio construído, mas por contribuir com seu resgate e promover o conhecimento de técnicas, cujo domínio “se torna ainda mais importante em nosso país, onde parcela significativa dos monumentos e bens de relevante valor histórico, artístico e arquitetônico ainda não se encontra devidamente documentada” (Oliveira, 2008, p. 7).

O levantamento cadastral, além de seu valor documental, simbólico e afetivo da representação de um edifício de interesse histórico, é base para os projetos de intervenção, restauração e reestruturação de imóveis tombados além de resgatar possíveis alterações e deformações estáticas da estrutura permitindo reparos e sua salvaguarda.

Os inventários devem possuir um banco de dados preciso e atualizado, valendo-se de recursos tecnológicos modernos, como os utilizados na informática e multimídia, desenvolvendo bancos de imagens virtuais, não só de edificações isoladas como de todo o espaço urbano. Esses dados digitalizados, ao serem acessados, despertam grande interesse da população, pois possibilitam visualizar em duas e três dimensões o objeto em estudo, além de proporcionar métodos de análise aplicáveis em outras áreas de trabalho. O desenho é um método de conhecimento e de expressão que assume, desse modo, a dupla qualidade de exercício de percepção e exercício de representação. É um recurso essencial ao profissional de arquitetura que lhe permite idealizar e comunicar todas as características do projeto arquitetônico.

## A CIDADE DE GOIÂNIA

Nos anos de 1930 Pedro Ludovico Teixeira foi escolhido como interventor do estado de Goiás. Politicamente em sintonia com a política de Vargas, ao assumir

o cargo Teixeira optou por colocar em prática uma proposta antiga que há muito discutia a construção de uma nova capital para o estado de Goiás. Para o presidente, que apoiou a iniciativa política do interventor goiano, a atitude de Pedro Ludovico significou “o verdadeiro sentido de brasilidade” (Vargas, 1938, p. 124) e começou a esboçar a interiorização do país e a diluição da concentração de poder no litoral.

Nesse contexto, Goiânia surgiu para representar o exemplo de modernidade almejado, pois em sua essência substituiria o tradicional pelo internacional, e ainda serviria como um campo de experimentação para as teorias e técnicas urbanísticas contemporâneas. Desta forma, o estilo mais adequado para a nova capital foi o *Art Déco*, por simbolizar à época a arquitetura e o urbanismo do futuro.

Attílio Corrêa Lima, então um dos poucos arquitetos brasileiros especializados em urbanismo, foi escolhido por Pedro Ludovico para a elaboração dos projetos para a nova capital. Lima projetou Goiânia inspirando-se no modelo francês de urbanismo do início do século XX, entretanto não chegou a concluir a implantação da capital, pois foi substituído, em 1935, pelo engenheiro-urbanista Armando Augusto de Godoy, profissional igualmente ligado às correntes modernistas. Ao dar continuidade ao plano urbanístico de Lima, Godoy seguiu outra orientação: a do modelo inglês de cidades-jardim.

O projeto de Goiânia representou o que havia de mais moderno e progressista à época de sua execução, apesar de o estado de Goiás ser considerado, naquele momento, um dos mais pobres do país. Seu traçado moderno, com amplas avenidas, planas e arborizadas, edifícios afastados da testada e das laterais do terreno permitiam a implantação de pequenos jardins particulares. Até mesmo a planta das edificações tinha “uma organização interna completamente diversa do conhecido até o momento” (Coelho, 1997, p. 45), representando uma clara ruptura com o modelo arquitetônico e urbanístico da antiga capital, nominada Cidade de Goiás, fundada no início do século XVIII.

De acordo com Celina Manso (2001), a escolha do estilo *Art Déco* para os edifícios públicos de Goiânia, propostos por Attílio Corrêa Lima, foi motivada muito mais pela precariedade financeira do estado e às características arquitetônicas do estilo, que permitia a construção de edifícios monumentais sem a necessidade de utilização de materiais nobres ou de uma decoração excessiva, do que por uma imposição do governo Vargas, que o havia adotado como modelo simbólico representativo de seu governo. É importante observar que o *Art Déco* aqui praticado incorporou elementos regionais e adaptou-se à realidade econômica vigente no estado, mantendo, contudo, as características universais do estilo que representavam seu código formal.



Por outro lado, os primeiros edifícios residenciais da cidade apresentavam características ecléticas, privilegiando estilos já assimilados pelo senso comum. Alguns, no entanto, apresentavam o estilo da nova tendência arquitetônica que, segundo Mello, (1996, p. 73) foi seguido pelas famílias mais ricas, que construíram suas habitações com características *Déco*. Todas se localizavam no Setor Central, próximas à Praça Cívica, “especificamente nas Ruas 16, 25 e Avenida Tocantins”. A maioria delas, todavia, já foi demolida. Atualmente, resta um importante exemplar dessa época, a Casa de Pedro Ludovico Teixeira, projetada por Lima e executada pelo escritório Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda.

Quanto aos aspectos tecnológicos de construção, alguns materiais jamais tinham sido utilizados por aqui, como os “tijolos de vidro [...]”, novas tonalidades de tintas, metais entre outros, que trouxeram uma nova dimensão” (Unes, 2001,



Figura 1 – Museu Pedro Ludovico. Fonte: Equipe de pesquisa.



Figura 2 – Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga. Fonte: Equipe de pesquisa.

p. 80) e sofisticação à construção goiana. Segundo o autor, nos processos construtivos também ocorreram modificações: o edifício passava a contar com quatro fachadas e não uma, como na arquitetura vernácula tradicional; os telhados foram escondidos por platibandas; os beirais substituídos por varandas ou sacadas, uma consequência direta da forma e dos volumes presentes nas edificações.

Na arquitetura institucional havia a intenção, em relação ao projeto urbanístico, de afirmação simbólica de poder e monumentalidade, conforme mencionado anteriormente. Desta forma, a monumentalidade, nem sempre foi representada por dimensões imponentes, mas pela caracterização da edificação, revelada por meio de linhas sinuosas, jogo de volumes, horizontalidade e simetria, marcados pela presença de um elemento vertical central que, como destaca Coelho (1997, p. 53), “longe de ser uma característica local” apresentava-se como uma “marca registrada desse momento na arquitetura [...] internacional”.

Outras características essenciais que conferem à arquitetura *Déco* goiana uma unicidade regional e universal típica do cenário vanguardista dos anos 1930 ainda podem ser destacadas: a “predominância de fachadas simétricas e racionais, decorrentes de jogos de volumes escalonares, sóbrios e geométricos; [...] as varandas semi-embutidas em estilo streamline” (Azevedo, 2018, p. 57); elementos decorativos volumétricos, predominantemente de linhas retas e



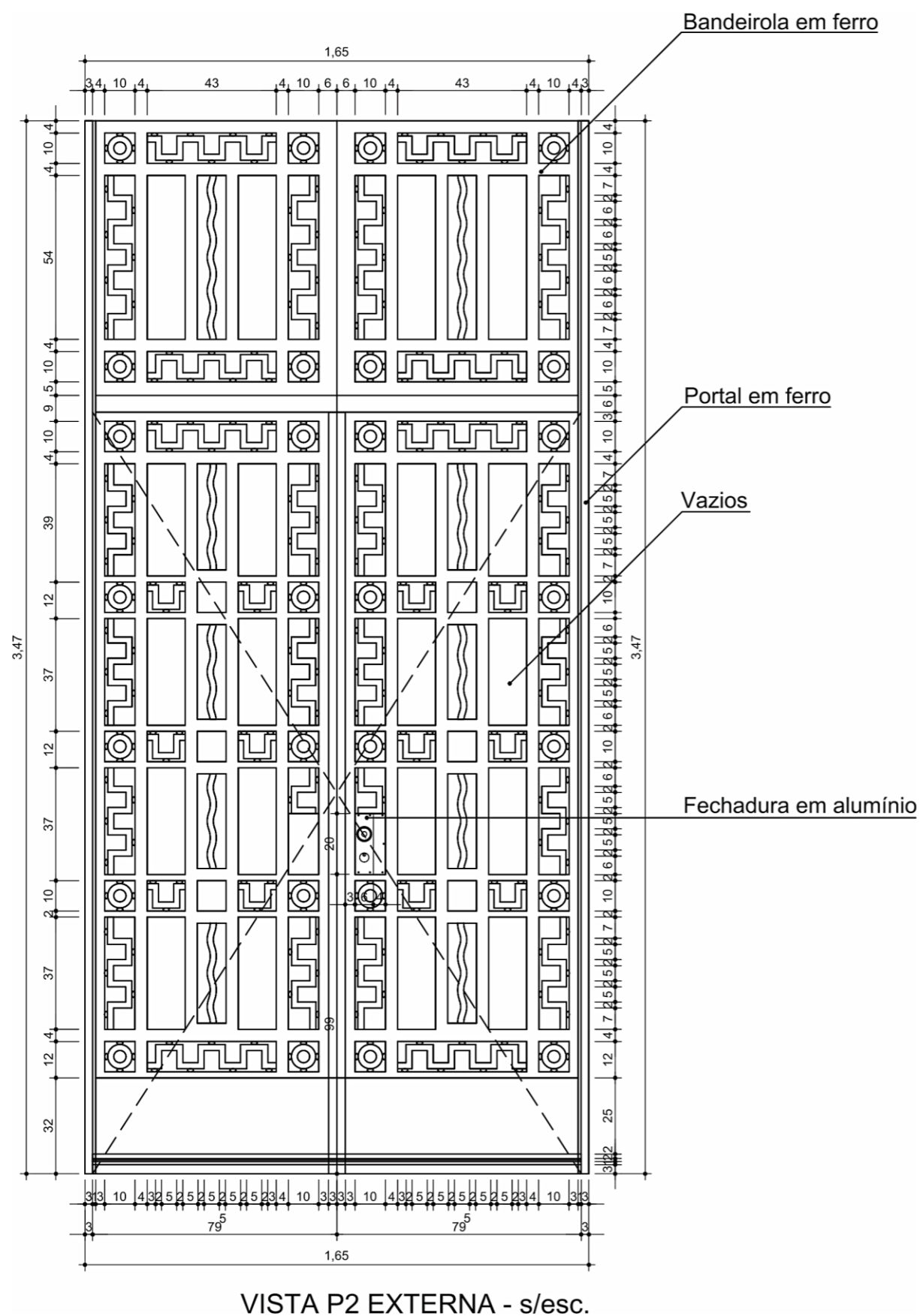


Figura 3 – Porta do Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga. Desenho: Equipe de pesquisa.

detalhamentos em gesso, aplicados nos elementos de coroamento; emprego da tipografia e de brasões, sobrevergas e frisos nos elementos de fachada realçados com uso de cores pastéis nas superfícies de maior área e tons mais escuros nos detalhes.

Todos os edifícios de representação estadual e federal da Praça Cívica mantêm a caracterização *Déco*, cuja identidade visual se encontra marcada, originalmente, por um gabarito de dois pavimentos, à exceção do Palácio do Governo que, por razões óbvias de hierarquia e simbolismo, deve ser o ponto focal e mais alto desse espaço cívico. Com o passar do tempo novas construções foram erigidas e, no final dos anos 1940 e 1950, a arquitetura de viés *Déco* goiana já havia sido aprimorada, aproximando-se mais das características internacionais do estilo.

Sendo assim, a implantação de Goiânia representou, para o estado de Goiás e para o Governo Federal, um grande passo rumo à modernização e um momento importante na política de “Marcha para o Oeste”, com a conseqüente conquista da Amazônia. Goiânia também significou um marco para o urbanismo no Brasil, por estar entre as capitais projetadas e construídas no período Republicano, a saber: Belo Horizonte (1893), Goiânia (1933) e Boa Vista (1943), sendo essa última “a única delas localizada no hemisfério norte” (TREVISAN, *et al.* 2018) e Brasília (1960).

Segundo Unes (2001), a partir de 1995 foram identificados em Goiânia 147 edifícios com fortes características *Déco*. Alguns deles estão protegidos pelo tombamento, mas há muitos outros que ainda merecem a devida atenção.

### INVENTÁRIOS DE EDIFÍCIOS TOMBADOS EM GOIÂNIA

O trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa formado por professores e alunos da PUC-GO, iniciou-se em 2020 e tem como meta principal a investigação arquitetônica para o conhecimento aprofundado de algumas edificações históricas tombadas no estado de Goiás, concentrando-se desde o início em edifícios localizados em Goiânia.

O grupo de pesquisa se organiza de modo sistematizado e busca complementar os levantamentos arquitetônicos existentes dos edifícios tombados no estado de Goiás, com a finalidade de dotar esses levantamentos de uma correta e atual representação arquitetônica e de detalhes particulares, tais como: esquadrias, trancas e maçanetas, estruturas dos telhados, escadas, pisos, etc. e dessa forma ampliar a documentação existente sobre os mesmos, bem como, retificar e atualizar as representações gráficas pré-existentes contribuindo, dessa maneira, para a perpetuação da memória desses bens culturais edificados em nossa capital.

A forma de trabalho adotada pela equipe de professoras e alunos se inicia pela pesquisa bibliográfica sobre o bem cultural a ser inventariado. Paralelamente, os croquis e levantamentos arquitetônicos vão sendo realizados com a participação de todos. Essa maneira de lidar com as informações teóricas e

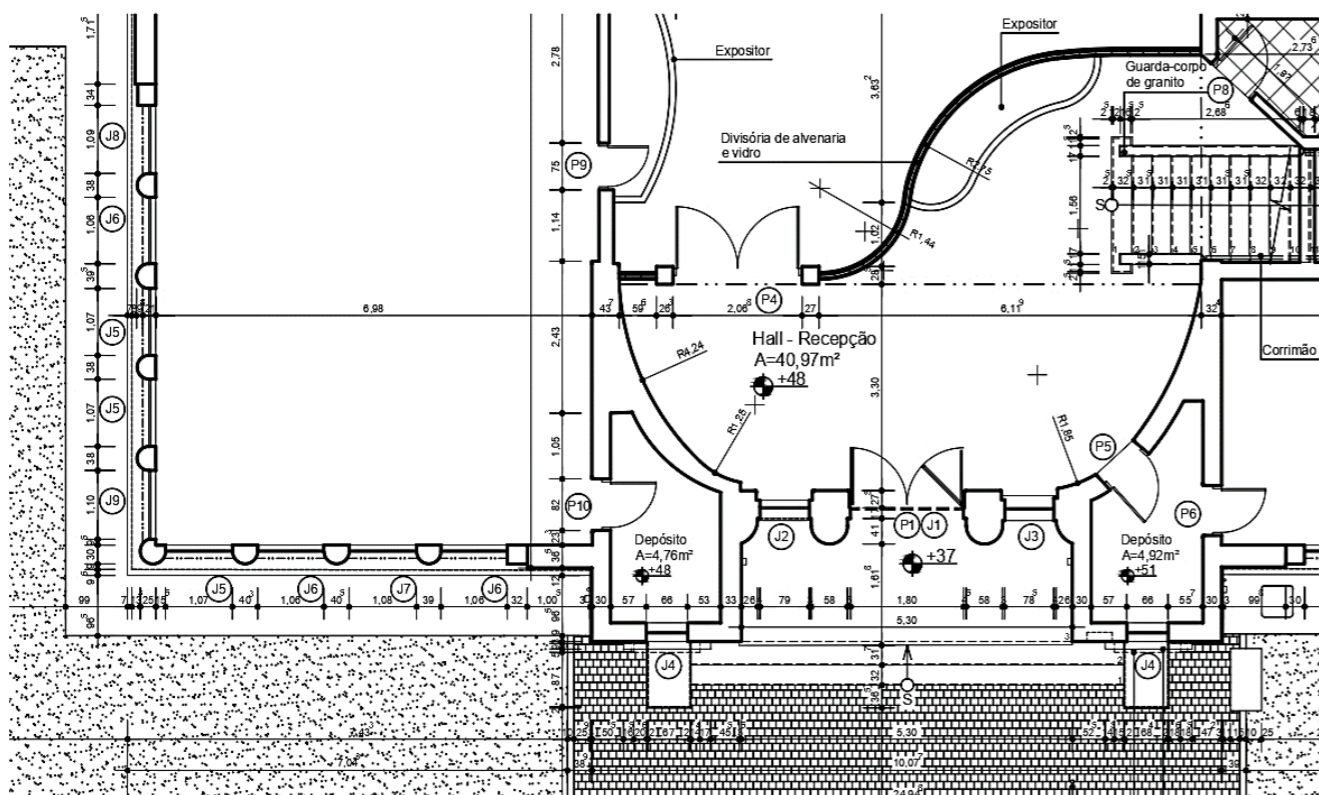


Figura 4 – Detalhe Planta do Térreo do Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga. Desenho: Equipe de pesquisa.

práticas constituem-se na metodologia utilizada para proporcionar o envolvimento total do grupo com o tema e desenvolver, especialmente nos discentes, o gosto pela pesquisa teórica, aliada ao trabalho prático. As fontes de pesquisa teórica são variadas e se constituem de visitas às diversas bibliotecas da cidade, acervos particulares, entrevistas, acervos de arquivos públicos, jornais e revistas, acervos fotográficos e todas as fontes idôneas que nos possam ser relevantes como fonte de pesquisa.

Por se tratar de edifícios tombados há, obviamente, um levantamento que mostra a planta, os cortes e as fachadas dessas edificações. Nosso trabalho, contudo, acrescenta os pormenores, detalhes mais minuciosos, que o levantamento para o tombamento não necessitou fazer.

Percebemos, em nossas investigações, que várias edificações históricas tombadas não possuem mais os documentos de seus projetos originais. Constatamos ainda, que há poucos arquivos com representações digitalizadas e atualizadas dos mesmos.

Os registros gráficos existentes, feitos tradicionalmente a mão, alguns a lápis, outros à tinta, em papel manteiga ou vegetal, ou mesmo as cópias existentes dos mesmos, além dos documentos elaborados pelos órgãos públicos, possuem algumas incorreções e até mesmo a ausência de detalhes construtivos importantes, que incluímos em nosso trabalho no intuito de contribuir e melhorar documentação e a representação arquitetônica desse patrimônio cultural. Essas questões são revisadas, corrigidas e apresentadas nesse trabalho

por meio de um registro gráfico rigoroso e detalhado da edificação e de todos os seus elementos relevantes, a fim de que sua documentação e representação sejam fiéis à condição atual de cada um desses bens.

Em nossa pesquisa buscamos apenas registrar tais alterações, sem estabelecer um parecer crítico ou apontar soluções para correção desse ou daquele problema. Nossa proposta visa elaborar o inventário da edificação e desenhá-la

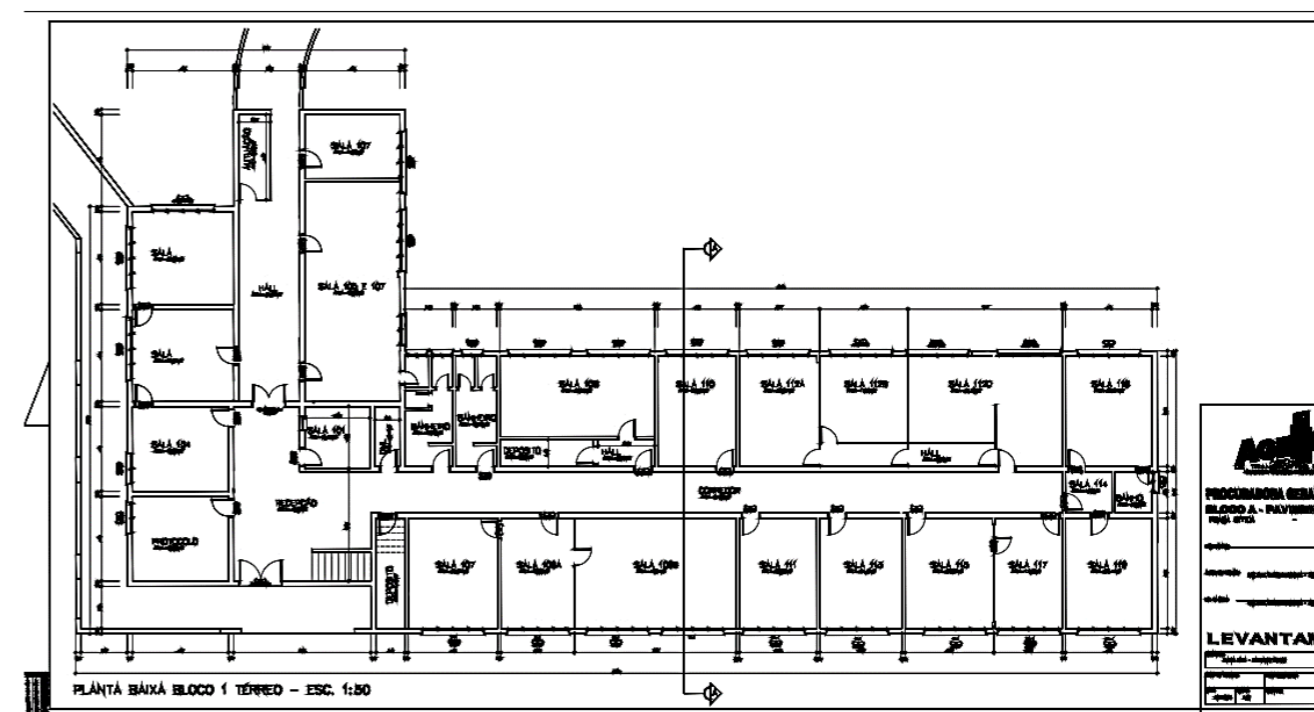


Figura 5 – Desenho arquitetônico da Planta do Térreo do Bloco A do antigo Fórum, Goiânia - GO, 2000. Fonte: AGETOP - SEMAD.

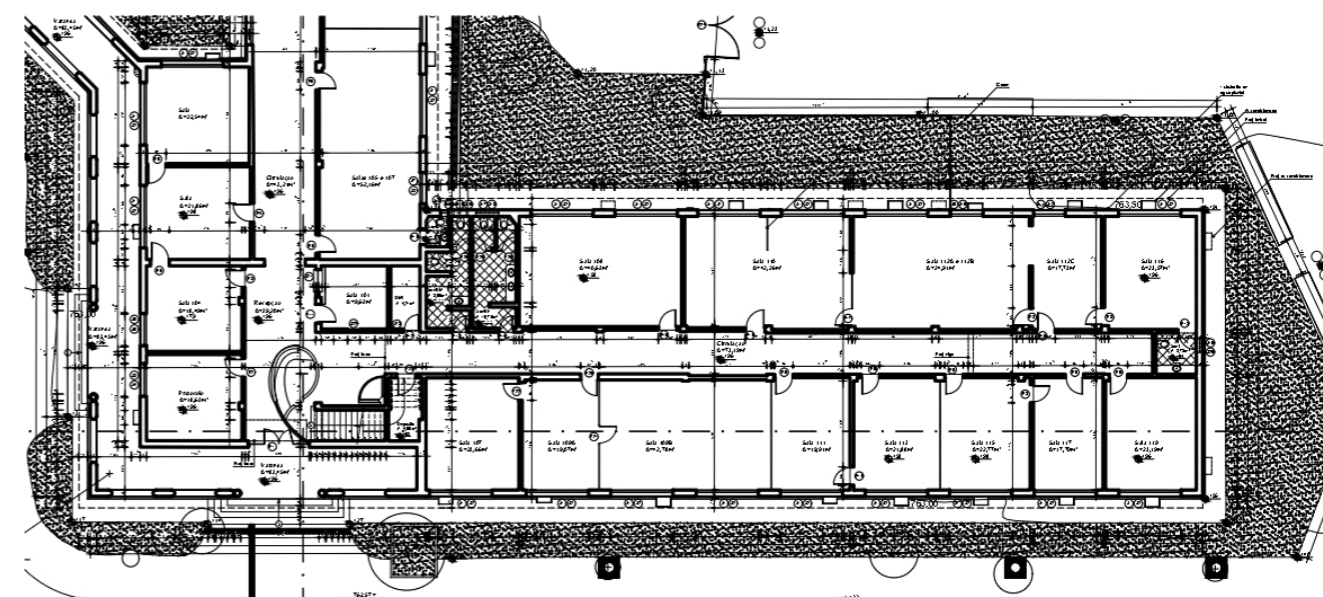


Figura 6 – Detalhe da Planta do Térreo do Bloco A do antigo Fórum de Goiânia. Desenho: Equipe de pesquisa.



tal qual se encontra na atualidade. Contudo, quando possível, também registramos as alterações sofridas pelo edifício ao longo de sua existência, a fim de possibilitar consultas e verificações posteriores, seja por pessoas interessadas no assunto, seja por pesquisadores da área de história, de arquitetura e de patrimônio ou mesmo de órgãos oficiais quando necessitarem realizar qualquer tipo de intervenção no edifício.

Descrevemos e registramos em detalhes, todos os elementos construtivos dos edifícios inventariados tais como: embasamentos, alvenarias e revestimentos, esquadrias, coberturas, pisos e forros, bem como, todos os elementos arquitetônicos existentes, viés que por si só o transforma em um trabalho inédito e de extrema importância no inventário de um bem tombado.

Esse trabalho representa para o nosso grupo, nossa forma de contribuição ativa para que esse patrimônio cultural edificado possa ser reconhecido, valorizado e preservado e que os documentos arquitetônicos por nós atualizados, atuem como nossa colaboração efetiva para as futuras ações relativas à sua salvaguarda e, principalmente, para a rememoração de uma história vivida.

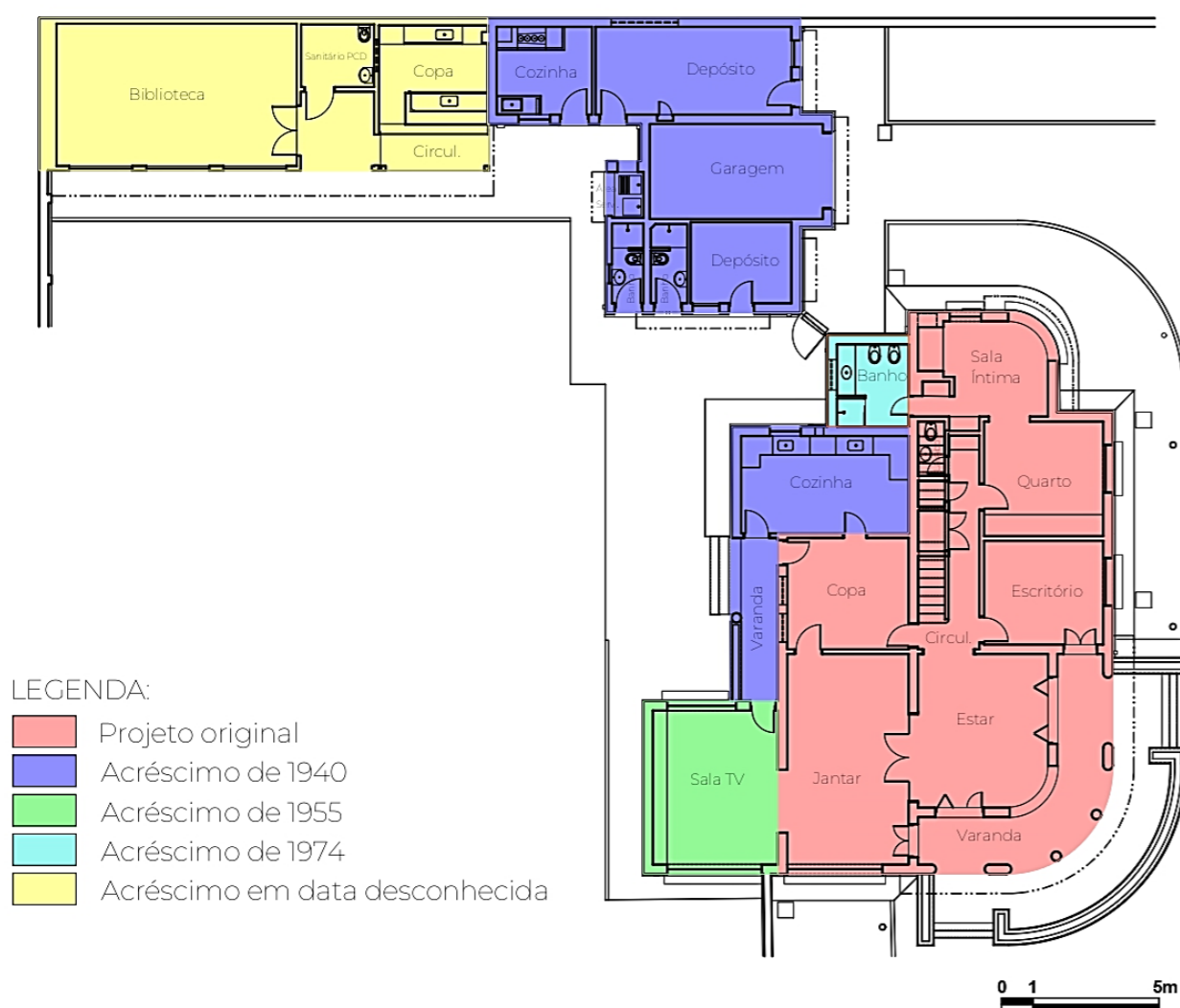


Figura 7 – Planta do Térreo do Museu Pedro Ludovico. Desenho: Equipe de pesquisa.



Figura 8 – Detalhe grade da janela do Museu Pedro Ludovico. Desenho: Equipe de pesquisa.

Em nosso primeiro trabalho, iniciado em agosto de 2020 e finalizado em junho de 2021, o edifício inventariado e analisado foi o antigo Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás, localizado na Praça Cívica, construído entre 1936 e 1942 e projetado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima.

Algumas características identificam a presença do *Art Déco* na construção do antigo Fórum, tais como a horizontalidade, típica das edificações pioneiras da Praça Cívica; a simetria no posicionamento das esquadrias, os elementos decorativos em baixo e em alto relevo e a policromia nas fachadas.

O edifício atual possui dois blocos. O Bloco A, edificado nos primeiros anos da nova capital, cuja fachada principal está voltada para a Praça Cívica, foi construído para abrigar o Fórum. Apresenta volume principal irregular em “L”, formas geométricas retas e varanda também irregular, com colunata em formatos que, ao estilo *Déco*, une elementos retos e curvos. As esquadrias possuem ritmo e similitude nas fachadas longitudinais. As lajes e beirais são delgados, proporcionando leveza, uniformidade e acabamento ao edifício.

O Bloco B e a passarela de ligação entre os blocos foi acréscimo posterior, próximo da década de 1960, para acomodar o Tribunal de Justiça e não constam do tombamento, embora sejam edifícios de entorno ao acervo *Art Déco* tombado. Sua fachada principal segue o alinhamento da rua delimitada com o Palácio das Esmeraldas. Ressalta-se que não foram encontrados dados sobre a autoria do projeto desse bloco e da passarela, bem como a data precisa da construção de ambos. No entanto, possuem a mesma volumetria, acabamento e ritmo de cheios e vazios encontrados no Bloco A.





Figura 8 – Antigo Fórum e Tribunal de Justiça de Goiás, Goiânia – GO. Desenho: Equipe de pesquisa, 2021.

Nosso segundo inventário, realizado de agosto de 2021 a junho de 2022, buscou contribuir para a preservação e a valorização de um bem de grande importância para a história local, o edifício do antigo Departamento Estadual de Informação – DEI – atual Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga.

O edifício projetado e construído a partir de 1941, sediou vários órgãos governamentais, bem como a Exposição Permanente além de várias exposições de objetos alusivos à cultura goiana. O Museu Estadual já estava consolidado no edifício como instituição, quando em 1965 teve seu nome alterado, por força de lei, para Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga. O nome dado ao Museu, faz alusão a um importante intelectual goiano, com participação ativa em várias áreas da cultura e, particularmente, na luta pelo progresso e divulgação de Goiás e por ter doado ao órgão, todo seu acervo particular referente à história do estado.

O MUZA, como é carinhosamente conhecido, apresenta um acervo eclético, amplo e heterogêneo, cujo interesse é mostrar as riquezas e diversidades do povo goiano e do estado de Goiás. Os espaços museais estão dispostos nos dois pavimentos do edifício, abarcando temas como: etnografia, arqueologia, mineralogia, folclore, religião, dentre outros.

O edifício, onde funciona o museu, é de propriedade do estado de Goiás e se encontra em local privilegiado, no lado leste da Praça Cívica, em Goiânia. A edificação foi projetada e construída entre 1941 e 1942, com projeto elaborado pelo engenheiro arquiteto polonês Kazimierz Bartoszewsky, que chegou à nova capital em 1938.

A construção ficou pronta “a tempo de constar entre os prédios públicos para a ‘festa de inauguração’ [oficial] da nova capital, o chamado “Batismo Cultural” (Pessoni, 2021, n.p.), ocorrido em dia 05 de julho de 1942. Além disso, havia a intenção de divulgar as potencialidades, beleza e as edificações de Goiânia, marcadas pelo estilo *Art Déco*.

Segundo o professor Wilton de Araújo Medeiros, (In: Pessoni, 2021, n.p.) as características Déco mais marcantes da edificação se manifestam na volumetria geométrica, na simetria e no jogo e volumes, nos frisos e ornamentos executados em gesso e pintados em cores que se contrastam com os demais elementos das fachadas. A policromia em ocre e cinza, realça os detalhes dos pilares e dos ornamentos. Além disso, todas as fachadas são livres e a entrada principal bem demarcada.

De acordo com o mesmo professor, “o museu possui traços [...] sóbrios”, que o diferem das construções da época e “do conjunto de edifícios *Déco* da Praça Cívica” (Pessoni, 2021, n.p.), fato que se deve especialmente ao estilo de Bartoszewsky, que se diferenciava daquele praticado pelos demais profissionais que trabalhavam em Goiânia àquela época.

Para Unes (2001, p. 84) a composição simétrica do edifício, com duas colunas se destacando no volume central, cujo “elemento circular na platibanda”, além de referenciar o aspecto aerodinâmico da vertente *streamline* do *Art Déco*, confere contraste às linhas geométricas e clássicas da edificação, resultando em uma composição harmônica e equilibrada. “Os portais e portas de ferro fundido, com [seus] elementos geométricos”, junto aos ornamentos no alto das colunas, estabelecem um contraponto às linhas austeras da arquitetura desse edifício.



Figura 9 – Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga, Goiânia – GO. Desenho: Equipe de pesquisa, 2022.



O terceiro trabalho concluído pela equipe de pesquisa, e ainda inédito, foi elaborado entre agosto de 2022 e junho de 2023. Trata-se da antiga residência de Pedro Ludovico Teixeira. Atualmente patrimonializada, a casa hoje se encontra transformada em museu-casa histórica.

Seguindo o estilo *Art Déco* a habitação foi erguida entre 1934 e 1937. Encontramos algumas divergências com relação a essa data em diversos documentos consultados, contudo a data acima citada, de acordo com nossas conclusões, refere-se ao período de projeto e construção da residência respectivamente. Seu projeto inicial foi elaborado por Atílio Corrêa Lima e sua edificação ficou à cargo da equipe do escritório Coimbra Bueno que assumiu, também, a finalização do projeto.

Sua fachada majestosa, pintada em tom de rosa, com aspecto horizontal e assimétrico, inspiração expressionista e *streamline*, logo se tornou um ponto de atração na cidade em construção. A casa se adequa aos padrões de luxo da época e incorpora princípios formais do Movimento Moderno e *Déco*, tais como: o uso de volumes puros, o contraste de volumes, os planos destacados, as linhas puras, a harmonia, a proporção e o ritmo que lhe conferem uma referência mista entre racionalidade e ordenação clássica. Além de todos esses princípios, sua arquitetura apresenta, indícios de monumentalidade, com volumes limpos e pesados, que lhe dão um ar sóbrio. A conjugação entre planos curvos e retos, o jogo de cheios e vazios e o contraste entre zonas de luz e de sombra ainda identificam esse projeto com o expressionismo alemão e russo, com o *streamlining* e com inspirações do estilo *Art Déco*, que foram aqui adotadas de forma mais simplificada.



Figura 10 – Museu Pedro Ludovico, Goiânia – GO. Desenho: Equipe de pesquisa, 2023.

Longe de ser uma construção simples, a casa de Pedro Ludovico, quando foi terminada, tinha aparência e dimensões suntuosas e um programa de necessidades sofisticado, se considerarmos o padrão de construção residencial praticado na cidade àquela época.

Após 1987, depois de ter sido transformada em Museu, a edificação passou por restaurações e por manutenções que visaram a preservação e conservação tanto das condições do edifício, quanto de seu acervo. As intervenções realizadas no Museu Pedro Ludovico, ocorreram nos anos de 1992, 1998, 2010 e 2017.

Atualmente, nossa equipe de pesquisa está realizando o inventário do Colégio Liceu de Goiânia, trabalho que se estenderá até junho de 2024 e como os demais, culminará com a publicação de um livro sobre esse patrimônio cultural edificado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento, acreditamos, deve ser compartilhado. Por isso, os inventários realizados por nosso grupo de pesquisa, ao nosso ver, se constituem em nossa contribuição para a preservação da memória do patrimônio cultural edificado do estado de Goiás. Na esfera acadêmica, temos a certeza de ter imbuído nos alunos que participaram dessa empreitada o gosto pela história e, principalmente a consciência com relação à salvaguarda de nossos bens culturais. A participação ativa dos discentes em todo o processo de pesquisa, levantamento arquitetônico e desenhos das edificações em 2D e 3D nos mostram o quanto a metodologia de pesquisa adotada pode se tornar eficiente em um trabalho em grupo. De outro lado, a extensão universitária se mostra também como um momento a mais de aprendizado que contribui para o despertar de uma consciência e introduz a educação patrimonial, mesmo que de maneira parcial, a um grupo de alunos que por iniciativa própria, se dispõem a trabalhar e participar da pesquisa acadêmica. Nos satisfaz também saber que esse trabalho tem contribuído, inclusive, para o direcionamento profissional futuro de alguns em uma área sempre carente de pessoal qualificado. Os livros publicados como resultado desse processo ficam, a partir de seus lançamentos, disponíveis a todos os participantes da equipe, bem como a todos que se interessem pelo assunto. Estão também disponibilizados fisicamente em bibliotecas e arquivos do estado, bem como no site do nosso projeto de pesquisa [www.arquiteturahistorica.com.br](http://www.arquiteturahistorica.com.br), proporcionando a todos os interessados, o acesso às análises e levantamentos arquitetônicos feitos por nossa equipe acerca dessas importantes edificações goianienses. Esses edifícios, que fazem parte do acervo tombado do estado, e nos rememoram traços da arquitetura *Déco* que constituiu parte importante da estética arquitetônica da época em que nossa capital foi projetada e construída daí a importância do registro atualizado de seus projetos.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Angélica. **Memória Art Déco em Goiânia**: a busca por uma identidade. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 30 jun. 2022.

COELHO, Gustavo Neiva. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro**: o caso Vila Boa. Dissertação de mestrado. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COELHO, Gustavo Neiva. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

DE VENEZA, Carta. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. In: **II Congresso Internacional de arquitectos e técnicos dos monumentos históricos**. ICOMOS. Veneza. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

GOIÂNIA. **Dispacho nº 1.096, de 18 de outubro de 1982**. Cadastro municipal dos bens culturais preservados e/ou tombados na capital/município de Goiânia/GO. Disponível em: [https://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2013/patrimonio%20historico/P\\_LANO%20DE%20A%20C%87%20C%83O%20-%20CIDADES%20HIST%20C%93RICAS%20-%20GOI%20C%82NIA-GO/cadastro\\_benstombado/bens\\_tombados\\_cadastro\\_municipal\\_1992\\_2012.pdf](https://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2013/patrimonio%20historico/P_LANO%20DE%20A%20C%87%20C%83O%20-%20CIDADES%20HIST%20C%93RICAS%20-%20GOI%20C%82NIA-GO/cadastro_benstombado/bens_tombados_cadastro_municipal_1992_2012.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

GOIÁS. **Decreto nº 4.943, de 31 de agosto de 1998**. Dispõe sobre o tombamento dos bens móveis e imóveis que especifica. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/62172/pdf#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.943%20DE%2031%20de%20agosto%20de%201998,veis%20e%20im%C3%B3veis%20que%20especifica>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOIÁS. **Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003**. Homologa o tombamento do Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia. MINC. DOU, seção 1, nº 228, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/471/Portaria%20Iphan.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 60 anos: A Revista**. N. 26. ABE Graph Editora e Serviços Gráficos, 1997.

LEAL, Fernando Machado. **Restauração e conservação de monumentos brasileiros**: subsídios para o seu estudo. Recife: SEPLAN / IPHAN / UFPE, 1977. (Série Patrimônio Cultural, n.1).

MANSO, Celina F Almeida. Goiânia. **Uma concepção urbana, moderna e contemporânea** - um certo olhar. Goiânia, Edição do autor, 2001.

MELLO, Marcia Metran de. **Moderno e modernismo**: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 - 1950 a 1964. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília-DF/Programam Monumenta, 2008. 144p.: il. (Cadernos Técnicos;7)

PESSONI, Carolina. Museu Zoroastro Artiaga conserva história de Goiás há 75 anos. **A redação**, Goiânia, ano 11. 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/155141/museu-zoroastro-artiaga-conserva-historia-de-goias-ha-75-anos>. Acesso em: 22 abr.2022

SECULT-AL. [20--?]. **Proteção do Patrimônio**. Disponível em: <https://secult.al.gov.br/patrimonio-cultural/principal/paginas/preservacao-do-patrimonio>. Acesso em: 09 set. 2019.

TREVISAN, Ricardo; FICHER, Sylvia; DERENUSSON, Isabella de Carvalho; DERENUSSON, Darcy Romero. Darcy Aleixo Derenusson. O engenheiro e urbanista que projetou Boa Vista – RR. *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 212.03, **Vitruvius**, jan. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6864>. Acesso em: 06 fev. 2024.

UNES, Wolney. **Identidade Art Déco de Goiânia**. São Paulo/Goiânia: Ateliê Editorial/ Ed. UFG, 2001. 200p. il.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.







anos  
tombamento  
do acervo

DOSSIÊ  
**GOIÂNIA**



anos  
fundação  
da cidade

**REVISTA NÓS**

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS  
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:  
Título: Grande Hotel I  
Técnica: Dobradura sobre fotografia  
Dimensões: 45x55x5 cm  
Data: 2023